



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS
ATA da 18ª Reunião Ordinária
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
ATA da 13ª Reunião Ordinária
Sede Social do Globo Esporte Clube
Rua Bom Jesus, nº 10 – Centro – Águas Vermelhas- MG
no dia 09/11/2005, às 14horas

1. Aos 09 dias de novembro de 2005, reuniu-se a URC - Unidade Regional
2. Colegiada do Norte de Minas e a URC – Unidade Regional Colegiada do
3. Jequitinhonha, Sede Social do Globo Esporte Clube, Rua Bom Jesus, nº 10 –
4. Centro – Águas Vermelhas/MG. Participaram os seguintes membros
5. Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente, o Secretário Adjunto de
6. Estado de Meio Ambiente, Dr. Shelley de Souza Carneiro; Secretaria
7. Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e
8. Norte de Minas: Suplente – Carlos Fernando Fagundes Amaral; Polícia Militar
9. de Minas Gerais: Titular: Major PM Jorge Bonifácio Oliveira; Procuradoria Geral
10. da Justiça: Titular – Paulo César Vicente Lima; Microrregiões da Área Mineira
11. de SUDENE, do Baixo Jequitinhonha e do Médio Jequitinhonha: Suplente: João
12. Alves dos Santos – Prefeitura de Salinas; Microrregião do Noroeste de Minas:
13. Suplente: Jueli Cardoso Jordão – Prefeitura de Paracatu; Federação da
14. Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG, atuante na região de
15. abrangência: Suplente – Lucas Elmo Pinheiro; Federação das Associações
16. Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais
17. – FEDERAMINAS, atuante na região de abrangência: Suplente: Cássio Avelino
18. Soares Pereira; Representante de Organizações Não-Governamentais,
19. legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para Proteção,
20. Conservação e Melhoria do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência:
21. Titular: Eduardo Gomes de Assis – Coordenador Técnico do Instituto Grande
22. Sertão; Adamastor Alves de Souza, Presidente do Grupo Ecológico Campista
23. de Monte Azul; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de
24. Minas Gerais – FETAEMG, atuante na região de abrangência: TITULAR: Arimar
25. Gomes dos Santos. Estiveram também presentes Dr. Paulo Teodoro de
26. Carvalho, Diretor Geral do IGAM; Dra. Célia Fróes, Diretora do IGAM; Maria
27. Cláudia, Coordenadora do NARC do Norte de Minas e a advogada Carolina
28. Fagundes Carvalho, responsável pelo Setor Jurídico da URC/COPAM Norte de
29. Minas além de técnicos dos órgãos envolvidos e da SEMAD. Conselheiros do
30. URC JEQUITINHONHA: representante do IDENE Vale do Jequitinhonha – João
31. Batista dos Santos; representante do IBAMA – Cláudio Luiz Machado;
32. representante do Ministério Público – Drª Cynthia Maria dos Santos Silva –
33. representante da Polícia Ambiental – Sargento Pedro Moreira Filho –
34. representante da Prefeitura Municipal de Diamantina e Cidades do Alto
35. Jequitinhonha – Débora Rama Pires; representante da Prefeitura de Coronel
36. Murta – Paulo Lúcio Almeida Murta; representante da Prefeitura Municipal de
37. Jequitinhonha - Efízio Cardoso Afonso; representante da FEDERAMINAS e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

38. ACID – João Valter Coelho; representantes da Cooperativa Regional Garimpeira
39. de Diamantina – COOPERGADI – Meire Terezinha de Almeida. Estiveram
40. também presentes: A Coordenadora do NARC Jequitinhonha – Eliana Piedade
41. Alves Machado; Consultores Técnicos do NARC Jequitinhonha: - Giovani
42. Rogério dos Santos, Adriana de Jesus Felipe, Rosane de Moraes;
43. Representante do Setor Administrativo do NARC Jequitinhonha - Cândida
44. Cristina Barroso. A reunião se realizou seguindo a pauta publicada no “Minas
45. Gerais” de 28/10/2005.

46. **Item 1 – Hino Nacional –.**

47. **Item 2 - A abertura. – Dr. Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto**
48. **da SEMAD** - abre a reunião dizendo que a reunião tem pontos específicos de
49. cada COPAM e pontos comuns que poderão ser discutidos por todos. Agradece
50. a presença do prefeito de Couto Magalhães, Conselheiro suplente Marcos
51. David, e a Prefeita de Águas Vermelhas. Em seguida, pede que os Conselheiros
52. se apresentem. **O Presidente, Dr. Shelley** agradece à Prefeita todo o apoio que
53. foi dado aos Conselheiros e à organização do evento. A **Prefeita** lembra a
54. Bíblia, dizendo que há tempo para tudo e seu tempo agora é de agradecimento
55. a todos, em especial, ao Dr. Shelley e ao Dr. Paulo Teodoro. Diz que Águas
56. Vermelhas recebe todos com muita alegria e se sente feliz tendo como
57. referência o rio que hoje não tem vergonha de mostrar. Há pouco tempo, fazia
58. questão de não falar que em Águas Vermelhas havia um rio. Ressalta que foi
59. com muita determinação e com muito apoio que o rio foi revitalizado, apesar de
60. ainda não estar como se pretende. Passa, então, a fazer uma apresentação
61. sobre o município de Águas Vermelhas, sua localização e condições
62. socioeconômicas. O IDH que, antes do Pró-Água, era de 0.492 evoluiu para
63. 0.632. Diz sentir orgulho em dizer que Águas Vermelhas tem cidadãos
64. verdadeiramente ambientalistas e a comunidade é parceira fundamental em
65. todo e qualquer projeto. Fala ainda do resgate do patrimônio cultural da cidade.
66. Mais uma vez agradece a presença de todos e diz ter muito orgulho de ter
67. participado do Pró-Água. Faz agradecimento especial ao Dr. Paulo Teodoro que
68. propiciou os resultados que aí estão. **Dr. Shelley** agradece as palavras e diz
69. que estaria aqui hoje de qualquer maneira, lembrando todo o esforço que foi
70. feito para a implantação desse trabalho. Ressalta que o projeto já foi
71. apresentado na Alemanha e em todo o Brasil, mostrando o que temos condição
72. de fazer. Diz que as reuniões itinerantes fazem ter muitas surpresas, ensinam
73. muito e os resultados trazem um orgulho muito grande. Parabeniza à Prefeita
74. pelo trabalho que foi feito e que considera um grande ganho para a população
75. em termos de saúde pública. Informa que ontem houve, em Montes Claros, a
76. primeira reunião do GCFAI – Grupo de Fiscalização Intergrada do estado de
77. Minas Gerais. Começou-se a regionalizar o trabalho de GCFAI, que era um
78. grupo fechado dentro de Belo Horizonte. Esse grupo é integrado pelo IEF,
79. FEAM, IGAM, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Polícia
80. Civil, IBAMA, IPEA, Secretaria de Saúde. Na reunião regional, está-se
81. procurando analisar todos os problemas de fiscalização ambiental na região, as
82. dificuldades da fiscalização ambiental, que é base para o funcionamento da
83. 74/04. A 74/04 foi um grande salto e é um voto de confiança que o Estado dá ao
84. pequeno empreendedor, Classe 1 e 2. Informa que a reunião foi



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

85. especificamente sobre o problema do carvão. Diz ainda que temos muitos
86. problemas na região, mas temos que lutar para evitar que a degradação seja
87. grande e, no futuro, se pague um preço muito alto. A preservação dos recursos
88. naturais vai ser acompanhada na região, Haverá um trabalho de fiscalização
89. muito grande e também um trabalho de orientação para que se possa caminhar
90. dentro de respeito às leis. Diz que muitas empresas estrangeiras desistiam de
91. vir para o Brasil com medo da falta de cumprimento das leis. Informa ainda que,
92. em 2004, tivemos 3.600 focos de incêndio em Minas Gerais. Até novembro,
93. depois de um trabalho muito grande feito pelo IEF, a partir de Curvelo, tivemos
94. apenas 500 focos. É o resultado de um grande trabalho de prevenção que vem
95. sendo feito. Informa ainda que se está acabando um longo processo de
96. desgaste, de discussão na parte de gestão ambiental, na Secretaria de Meio
97. Ambiente do Estado de Minas Gerais. Estiveram juntos a SEMAD, o IGAM, a
98. FEAM, o IEF num trabalho de integração, num modelo totalmente diferente do
99. que se tinha anteriormente. O modelo, que deverá demorar três anos para se
100. sedimentar, começa a tomar forma ainda este ano. Só depois de criada a rede
101. teremos as condições necessárias para colocar a 74/04 para funcionar. Outro
102. aspecto ainda é o fluxograma processual, a parte burocrática, que é preciso
103. racionalizar e fazer um processo mais moderno. Lembra que, em 2002, antes da
104. regionalização, tivemos 6.000 processos de licenciamento em Minas Gerais.
105. Neste ano, em 10 meses, até outubro, tivemos 22.000 processos de
106. licenciamento no estado de Minas Gerais, o que reflete a força da
107. regionalização, do trabalho integrado, desse novo modelo. Lembra ainda que,
108. em volta de Belo Horizonte, tínhamos 70% das empresas licenciadas e, no
109. estado inteiro não se tinha 20% das empresas licenciadas. Hoje, com esse
110. trabalho já se têm 45% de Minas Gerais licenciados. Quanto à área rural, tinha-
111. se 1% licenciado, hoje já se chega a 19%. No Triângulo Mineiro, já se chega a
112. 40 / 45%. Em relação ao IGAM, a outorga era um problema gravíssimo, ainda é
113. grave, mas a melhora tem sido grande. Alguns rios já não podem ser usados.
114. Uberaba teve um sério problema de água. E outros lugares também têm esse
115. problema. Daí a importância da gestão das águas. O **Presidente** convida Dra.
116. Célia para se assentar à mesa e passa a palavra ao **Dr. Paulo Teodoro de**
117. **Carvalho** que diz ter um prazer muito grande por participar dessa reunião
118. conjunta, por estar em Águas Vermelhas e cumprimenta a Prefeita a quem
119. aprendeu a admirar. Em seguida o Programa Pró-Água, criado pelo Governo
120. Brasileiro, na década de 90, a partir de um empréstimo feito ao Banco Mundial,
121. destinado ao semi-árido brasileiro. Informa que já está criado o Pró-Água
122. nacional para atender todos os estados e o distrito federal. Ressalta que Minas
123. Gerais foi o estado que melhor praticou a política do Programa em toda sua
124. extensão. O exemplo está diante de todos com os resultados da recuperação do
125. rio Mosquito. O rio Mosquito é o resultado de todo o trabalho de todos os que se
126. preocupam com o meio ambiente e se ocupam com o meio ambiente. O
127. Presidente informa que o parque de Grão Mogol, a partir de uma moção do
128. COPAM, é hoje uma realidade. Isso mostra a força de uma moção.
129. **Item 3 – Comunicado dos Conselheiros – O Conselheiro Eduardo Gomes**
130. comunica que, no dia 11, sexta-feira, das 14h às 18h, vai ser realizada a
131. primeira audiência pública para a criação do parque estadual Lapa Grande, que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

132. também foi objeto de moção deste Conselho. Amanhã acontece a Conferência
133. Municipal do Meio Ambiente. O **Conselheiro Paulo César** comunica aos
134. Conselheiros que a Promotoria do São Francisco estará realizando no dia 18 de
135. novembro um encontro de todos os promotores Curadores do Meio Ambiente do
136. Norte de Minas, no Fórum da Comarca de Montes Claros, com os demais
137. Coordenadores das Promotorias do São Francisco e a Sra. Denise, da FEAM e
138. representantes da Polícia Militar, do NARC, do IGAM, para tratar estratégias
139. para o efetivo combate aos lixões. O **Conselheiro Carlos Amaral** informa que o
140. IDENE promoverá na última semana de novembro e na primeira semana de
141. dezembro seminários regionais para o lançamento do Programa de Combate à
142. Pobreza Rural, com recursos do Banco Mundial para o Programa de Apoio ao
143. Pequeno Produtor Rural de nossa região, continuidade do PAPP, que
144. aconteceu anteriormente. Informa ainda que, no âmbito do Programa Cidadão
145. Nota Dez, está-se preparando uma cartilha sobre educação ambiental para que
146. os alfabetizadores possam trabalhar de forma mais efetiva junto aos
147. alfabetizandos. Fala ainda sobre o constrangimento que o Governo do Estado
148. está tendo com 250 famílias assentadas na regional de Janaúba e que estão
149. impedidas de participar do processo produtivo porque o processo de
150. licenciamento ambiental não foi encaminhado. Foi protocolado no dia 25/05
151. junto ao IEF de Janaúba e, posteriormente, enviado a Belo Horizonte. Em
152. agosto, foi feita a recomendação para que se cancelasse o protocolo junto ao
153. COPAM de Belo Horizonte e se fizesse outro protocolo no COPAM Norte, o que
154. foi feito. Essas famílias, mais de 1.000 pessoas, continuam sem condições de
155. sobreviver em suas propriedades. **Dr. Shelley** propõe a inversão da pauta,
156. devido à necessidade de se votarem os processos antes que alguns
157. Conselheiros se retirem. Deixa para mais tarde os itens 4, 5 e 6 e ainda o
158. Tratamento do Esgoto no Norte de Minas (COPASA) que não está na pauta.
159. **Questiona por que as atas do COPAM Norte não estão em pauta. A Assessora**
160. **Jurídica do NARC, Carolina Fagundes,** informa que, pelo fato de a 17ª RO não
161. **ter sido realizada por falta de quorum, apenas a ata da 16ª RO está em pauta**
162. **para aprovação.**
163. O **Presidente** coloca em discussão o Item – 8. Alertado pela Assessora
164. **Carolina Fagundes** de que o Item 7 - Ata da 16ª RO - estava ficando sem
165. discussão, o **Presidente** informa que o item não consta da pauta, mas colocará
166. em votação mais tarde. Retoma o **Item 8:** - Processo Administrativo para
167. exame de Licença de Instalação: **8.1** – Pedreiras do Brasil S/A – Cachoeira de
168. Pajeú/MG – Lavra de granito a céu aberto sem beneficiamento – PA COPAM Nº
169. 367/1999/005/2003 – **Apresentação: FEAM.** O **Conselheiro Paulo César de**
170. **Lima** questiona se o técnico se encontra presente e pergunta se essa empresa
171. está minerando hoje. **Oswaldo Guimarães,** técnico da FEAM, informa que, na
172. última vistoria realizada, ainda não estava minerando, mas alerta que a vistoria
173. foi realizada há um ano e meio. . O **Conselheiro Paulo César de Lima** diz que
174. gostaria de acrescentar uma condicionante que é a renovação da APEF, após o
175. vencimento em 04 de janeiro. O Técnico **Oswaldo Guimarães** diz que não vê
176. problema na condicionante, mas é importante ver com o IEF, quando dá uma
177. licença de mineração por 04 anos, que dê também a APEF por 04 anos, porque
178. como é feito traz problemas. O **Conselheiro Paulo César** insiste na



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

179. necessidade da condicionante. O **Presidente** diz que quando o IEF estabelece
180. um prazo é porque uma lei determina isso. É necessário ajustar a lei e isso está
181. sendo feito. O **Conselheiro Eduardo Gomes** diz que fica difícil para o
182. Conselheiro analisar o que está sendo colocado se o pedido de licença chega
183. um ano e meio após a vistoria. O Técnico **Oswaldo Guimarães** alega que a
184. APEF é de julho e que uma vistoria do IEF foi realizada após a feita por ele. O
185. **Conselheiro** diz que isso não consta no processo. O **Técnico** mais uma vez diz
186. que a APEF foi pedida posteriormente, por isso é de julho. O **Conselheiro** diz
187. que quer saber se a licença de pesquisa foi cumprida a contento, com as
188. devidas obrigações. O Técnico afirma que a área licenciada da pesquisa foi
189. cumprida. O Presidente diz que acha que o Conselheiro tem razão e que nada
190. deveria vir sem a APEF e a outorga que fazem parte do processo. O **Técnico**
191. informa que o processo veio com a APEF, mas ela é posterior a seu parecer. A
192. APEF é de julho de 2005. A Assessora **Carolina Fagundes** reafirma a
193. existência da APEF e informa que o Jurídico da FEAM, que fez a análise do
194. processo, verificou o documento. O **Conselheiro Paulo César Lima** insiste na
195. colocação da APEF. O **Presidente** concorda e coloca em votação o processo
196. do **Item 8.1** – Pedreiras do Brasil S/A – Cachoeira de Pajeú/MG – Lavra de
197. granito a céu aberto sem beneficiamento – PA COPAM Nº 367/1999/005/2003.
198. O processo é **APROVADO**. Coloca-se em votação a condicionante:
199. “Apresentar a renovação da APEF, quando de seu vencimento”. A
200. condicionante é **APROVADA**.
201. O **Presidente** abre o **item 9** - Processos Administrativos para exame de Licença
202. de Operação Corretiva: **9.1** -- Paulo Chui Taniguchi/ Fazenda Nascente –
203. Culturas anuais – Unai/MG – PA COPAM Nº 90814/2004/001/2004 –
204. Apresentação: IEF
205. **9.2** – Djair Barbosai/ Fazenda Bom sucesso – Uruana de Minas/MG - Culturas
206. anuais – PA COPAM Nº 90744/2004/001/2004 – Apresentação: IEF
207. **9.3** – Ângelo Uji/ Fazenda Boa esperança – Bonfinópolis de Minas/MG -
208. Culturas anuais – PA COPAM Nº 90736/2004/001/2004 – Apresentação: IEF
209. **9.4** – Alcides Mani/Fazenda Córregos dos Cavalos – Bonfinópolis de Minas/MG
210. - Culturas anuais e cafeicultura – PA COPAM Nº 90731/2004/001/2004 –
211. Apresentação: IEF
212. A Assessora **Carolina** que informa que os processos 9.1-9.2-9.3-9.4 ainda não
213. possuem manifestação do IGAM e sugere que sejam retirados de pauta. O
214. **Presidente** diz que houve um erro grande e não devia ter sido pautado. Diz que
215. entende o problema e quando os processos passarem a ser montados aqui
216. esse problema acabará. O **Presidente retira os processos de pauta** e pede
217. que entrem na pauta da próxima reunião. Em seguida o **Presidente** coloca em
218. discussão o **item 10** - Processo Administrativo para exame de Revalidação de
219. Licença de Operação: **10.1** – **Lafarge Brasil S/A** – Montes Claros/MG –
220. Exploração de argila – PA COPAM Nº 069/1995/011/2005 – Apresentação:
221. NARC e FEAM. O **Conselheiro Paulo César Lima** pede vistas do processo e
222. pede desculpas aos empreendedores presentes, porque não se sente seguro
223. para votar com as informações disponíveis. Diz que gostaria de agendar com a
224. empresa uma vistoria e diz que parece, salvo engano, haver um inquérito civil
225. público instaurado para resolver o problema de forma definitiva. O **Presidente**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

226. confirma o **pedido de vistas**.
227. O **Presidente** retorna ao **Item 7** - Exame da Ata da Reunião da 16ª RO, do dia
228. 20/09/2005 – colocando-o em discussão. O **Conselheiro Major Jorge**
229. **Bonifácio** pede que se corrija na linha 51, onde se lê “1972”, leia-se “1962”; e
230. na linha 418, onde se lê “finalidade”, leia-se “celeridade”. O **Conselheiro Paulo**
231. **César Lima** propõe que na linha 273, onde se diz que o “Judiciário está sendo
232. mais sério”, diga-se “**mais célere**”. Colocada em votação, a ata da 16ª Reunião
233. Ordinária foi **APROVADA** com as correções.
234. **Processos da URC/COPAM Jequitinhonha.**
235. **Item 11.** Exame das Atas da Reuniões de 13/06/2005 (9ª R.O) e 11/07/2005
236. (10ª R.O). **Aprovadas.** **Item 12.** Processo Administrativo para exame da
237. Licença de Operação Corretiva - Apresentação: NARC Jequitinhonha. **Item**
238. **12.1.** Posto Rio do Prado – Comércio varejista de combustíveis automotivos
239. derivados de petróleo e álcool – Rio Do Prado / MG – P.A N°
240. 03195/2001/001/2001.**Processo indeferido.** **Item 12.2.** Organizações Neves e
241. oliveira Ltda – Comércio varejista de combustíveis automotivos derivados de
242. petróleo e álcool – Rubim / MG – P.A N° 01006/2002/001/2002.. **Processo**
243. **Indeferido.** **Item 13.** Processo administrativo para exame de pedido de
244. reconsideração de Auto de Infração – Apresentação: NARC Jequitinhonha. **Item**
245. **13.1.** José Ramos de Oliveira – ME – Curtume – Itaobim / MG – P.A N°
246. 0400/1995/003/2002 – AI N° 010/2002. **Processo Baixado em diligência.** **Item**
247. **13.2.** Minas Crystal Ltda. Extração de quartzo para uso siderúrgico – Gouveia /
248. MG – P.A N° 0093/2003/002/2003 – AI N° 387/2003. **Aplicação de Multa**
249. **Gravíssima.** A Conselheira Débora Rama Pires pediu informações
250. relacionadas à localização do empreendimento, que mencionado no Parecer
251. Técnico situa-se em Diamantina e segundo o Parecer Jurídico situa-se em
252. Gouveia. Perguntou se o empreendedor continua trabalhando no local e
253. questionou sobre a solicitação e início do Plano de Recuperação de Área
254. Degradada PRAD. Sugeriu que a multa seja mantida e o empreendedor
255. oficializado para apresentação do PRAD, com prazo previsto para conclusão. A
256. Consultora Jurídica do NARC Jequitinhonha, **Rosane Moraes** respondeu que o
257. empreendimento localiza-se em Diamantina. A Consultora do NARC
258. Jequitinhonha, **Adriana de Jesus Felipe** explicou que na vistoria realizada em
259. parceria com a Polícia Ambiental, constatou-se a paralisação das atividades e o
260. depósito do material no local. Quanto ao PRAD, não foi iniciado. A
261. **Conselheira Meire Terezinha de Almeida** pediu informações quanto à cessão
262. de direito de mineração à Empresa Ligas de Alumínio S. A - LIASA, se ocorreu
263. antes ou durante à autuação. A Consultora Jurídica do NARC Jequitinhonha,
264. **Rosane de Moraes** respondeu que a cessão do direito de mineração à
265. Empresa Ligas de Alumínio S. A - LIASA, ocorreu antes da autuação e a
266. averbação do DNPM foi posterior ao auto de infração. O **Presidente** colocou o
267. processo em votação que discutido foi aprovado por unanimidade. O
268. **Presidente** retoma os itens 4- 5 e 6. A **Conselheira Meire Terezinha de**
269. **Almeida** propõe que se passe aos **Assuntos Gerais**, porque se pretende
270. propor moção e essa alteração possibilitaria maior participação nessa
271. discussão, pois alguns Conselheiros terão que se retirar. O Presidente aceita a
272. sugestão e abre **Item - Assuntos Gerais** para todos. . A Conselheira Meire



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

273. Terezinha de Almeida mencionou sobre a autuação e paralisação de atividade
274. mineraria na Comunidade de Engenho da Bília, nas proximidades de Gouveia e
275. Diamantina. Trata-se da exploração de pedra mineira e salientou possuir
276. declaração do NARC Jequitinhonha confirmando o baixo impacto ambiental na
277. área e exibiu fotos recentes do local. Lamentou a paralisação das atividades
278. exercidas por um período de 20 (vinte) anos e explicou que os trabalhadores
279. não pertencem a COOPERGADI e outras entidades. Informou que enviou ao
280. Prefeito local, o licenciamento ambiental de uma atividade similar e enfatizou as
281. conseqüências drásticas, que há 60 (sessenta) dias, assola a cidade de
282. Gouveia. Informou que a paralisação atingiu 148 (cento e quarenta e oito)
283. famílias e que houve manifestação através de faixas e esclarecimento na Rádio
284. local, inclusive com a presença de Adriana de Jesus Felipe, Técnica do NARC
285. Jequitinhonha. Ressaltou que o Conselheiro Alex Mendes dos Santos sofreu
286. sérios problemas, por atribuir-lhe autoria pela denúncia. Enfatizou o interesse do
287. empreendedor em legalizar-se comparecendo ao NARC Jequitinhonha. Sugeriu
288. uma Moção e demonstrou indignação ao referir-se ao sofrimento dos
289. trabalhadores e entregou ao Doutor Shelley de Souza Carneiro, uma carta
290. advinda da Comunidade Engenho da Bília. Explicou que esta documentação a
291. ser protocolizada no NARC Jequitinhonha e sobre a necessidade do termo de
292. ajustamento de conduta para averbação da reserva legal, por se tratar de área
293. de posse. Pediu o apoio dos Conselheiros e manifestou o desejo de levar
294. esperança à Comunidade atingida pela paralisação. O Conselheiro Pedro
295. Moreira Filho esclareceu que houve fiscalização pela Polícia Ambiental, que
296. resultou num auto de infração e embargo da atividade. Explicou que há
297. necessidade de autorização do IBAMA, para o desembargo e posterior
298. regularização. O Conselheiro João Valter Coelho confirmou o grande problema
299. social enfrentado pela Comunidade da Bília, que desenvolve atividades de
300. exploração de pedra mineira há 20 (vinte) anos. Mostrou-se a favor da Moção,
301. que amenizará o problema e salientou que o empreendedor está interessado
302. em regularizar-se. Ressaltou que o impacto ambiental é pequeno, por se tratar
303. de pedreira seca e sem incidência de desmatamento e destruição de nascentes.
304. O Conselheiro Cláudio Luiz Machado explicou que o embargo será suspenso,
305. quando ocorrer à regularização do licenciamento da atividade. Informou que o
306. embargo foi uma penalidade administrativa aplicada pelo IBAMA. Sugeriu um
307. recurso encaminhado ao Superintendente do IBAMA em Minas, apresentando
308. as razões e solicitando a suspensão do embargo até que a atividade seja
309. regularizada. A Conselheira Meire Terezinha de Almeida informou sobre o
310. preenchimento de um novo FCEI, no NARC Jequitinhonha. Afirmou que não há
311. supressão de vegetação e recurso hídrico e pediu urgência do COPAM
312. Jequitinhonha em analisar o processo. Salientou que não haverá necessidade
313. de licença de desmate estando com a declaração do IBAMA. Advertiu que o
314. COPAM Jequitinhonha pode votar uma deliberação, por ser um caso de
315. supremacia de interesse público. Sugeriu aos Técnicos vistoriar a área, para
316. constatarem a não incidência de supressão de vegetação e recurso hídrico.
317. Finalizou advertindo a necessidade de celeridade na resolução do grave
318. problema. Lamentou que na região 90% da atividade mineraria é clandestina.
319. Sugeriu e justificou a urgência na apresentação, discussão e votação da Moção



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

320. pelos Conselheiros. A Conselheira Meire Terezinha de Almeida explicou que o
321. direito minerário no DNPM está em nome de pessoa física. A Conselheira criou
322. uma Cooperativa na Comunidade do Engenho da Bília e enfatizou a existência
323. de processo de cessão de direito minerário do empreendedor para a
324. Cooperativa, em fase de registro na JUCEMG. A Conselheira Meire Terezinha
325. de Almeida informou que o Prefeito de Gouveia está disposto a pagar a multa
326. de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), resultante de operação de
327. atividade sem licença ambiental. O Conselheiro Pedro Moreira Filho informou
328. que existem várias autuações realizadas pela Polícia Ambiental no município
329. com relação à extração de minério. O Presidente pediu ao NARC Jequitinhonha
330. apoio na resolução do problema e destacou que na região 96% dos
331. empreendedores não estão legalizados. Enfatizou a necessidade de realização
332. de um grande trabalho de licenciamento e salientou a importância da
orientação. Exaltou o trabalho do NARC Jequitinhonha, que tem realizado após
as Reuniões do COPAM Jequitinhonha, encontros instrutivos com orientações e
conscientizações sobre o processo de licenciamento, nas cidades sedes.
Reafirmou que a ação da Polícia Ambiental consiste no cumprimento da lei. O
Conselheiro João Valter Coelho sugeriu orientações para os produtores rurais
com relação à autorização de licenciamento através de sindicatos ou
associações de classe. A **Conselheira Cynthia Maria dos Santos Silva**
sugeriu Moção de suspensão de atividades do empreendimento José Ramos de
Oliveira – ME, que exerce a atividade de Curtume, no município de Itaobim/MG,
tendo em vista que continua agredindo o meio ambiente. **Eliana Piedade Alves
Machado**, Coordenadora do NARC Jequitinhonha, pediu à administrativa,
Cristina Cândida Barroso, apresentação sobre o histórico do empreendimento
de extração de pedra mineira. Salientou não haver necessidade de Moção e a
entrega da documentação pelo empreendedor com relação à AF, possui
agilidade própria. Quanto à outorga, esclareceu que possivelmente foi declarado
o uso de recursos hídricos, que deverá ser retificada no novo FCEI, não
havendo necessidade de verificação por parte dos técnicos. A **Conselheira
Meire Terezinha de Almeida** advertiu que os Conselheiros conhecem o
histórico do empreendimento e que a documentação completa será
apresentada. Reafirmou o pedido excepcional da equipe técnica vistoriar o local,
pois mesmo mediante afirmativa da não-supressão de vegetação, há
necessidade de anuência do IEF. O **Presidente** esclareceu o direito
concernente a cada pessoa de expor suas opiniões e a votação democrática
dos Conselheiros. Com relação ao FCEI, explicou que não basta a afirmação do
não uso do recurso hídrico devendo a Polícia Ambiental vistoriar o local para a
confirmação. Salientou que a autorização de funcionamento tende à
simplificação e advertiu que a fiscalização deverá ser efetiva para confirmar a
realidade com a declaração da verdade dos fatos. A **Conselheira Meire
Terezinha de Almeida** presidiu à leitura da Moção: “Considerando o grave
problema social oriundo do embargo e da declaração do COPAM Jequitinhonha,
de que a atividade é de baixo potencial poluidor e impacto ambiental não
significativo, aprovam a seguinte Moção que: solicite ao Superintendente do
IBAMA do Estado de Minas Gerais, a suspensão do embargo imposto às
atividades minerárias na localidade denominada Engenho da Bília, no município



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

de Gouveia, após o pagamento da multa e a devida protocolização junto ao NARC Jequitinhonha e demais órgãos ambientais, da documentação legal para o licenciamento e/ou autorização, justificamos a nossa solicitação devido o grave problema social”. O **Conselheiro Pedro Moreira Filho** salientou que a Moção foi sugerida pelo Conselheiro Major Jorge, solicitando desembargo junto ao IBAMA e perguntou se no caso do desembargo até a concessão do licenciamento, o empreendedor não pode operar-se no local. O **Presidente** explicou a consideração sobre o licenciamento e colocou a Moção em votação, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. O **Conselheiro João Valter Coelho** justificou ausência na Reunião devido a compromissos assumidos anteriormente. A **Conselheira Cynthia Maria dos Santos Silva** leu a Moção: “Que seja determinada a suspensão imediata das atividades do empreendimento José Ramos de Oliveira – ME, que exerce a atividade de Curtume, localizado no município de Itaobim/MG, até a sua regularização ambiental junto ao COPAM Jequitinhonha”. O **Presidente** informou que o pedido de suspensão das atividades se baseia na irregularidade da empresa perdurando até o cadastramento da empresa e realização do FCEI. Colocou a Moção em votação, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. O **Conselheiro Pedro Moreira Filho** fez uma ressalva com relação à Moção referente à extração de pedra mineira, ao referir-se à protocolização deverá ser acrescido o recebimento da autorização. O **Presidente** colocou a ressalva à Moção em votação, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. Foi sugerido para a próxima Reunião do URC Norte de Minas, apresentação sobre o Projeto do Rio Jequitaí, envolvendo o IGAM/IEF/ FEAM e CODEVASF.

O Conselheiro Paulo César sugere que se chame o IGAM O IEF e a FEAM para que se discuta a respeito do projeto da barragem do rio Jequitaí, que vai ter grande repercussão. O Presidente pede à Coordenadora do NARC do Norte de Minas que coloque o assunto na pauta da próxima reunião, avisando ao IEF, IGAM e FEAM. O Conselheiro Paulo César sugere que se convoque também a CODEVASF. Agradece ao Dr. Shelley pela idéia de realizar essa reunião conjunta, aproximando os dois COPAMs. São regiões que têm os mesmos problemas e as dificuldades são muitas. Diz que, em relação ao garimpo, as pessoas têm tido boa vontade em relação ao licenciamento ambiental, mas não estão conseguindo fazê-lo. Sugere que as associações de garimpeiros, as associações comerciais e as associações de classe, os sindicatos procurem uma forma de auxiliar essas pessoas. Também, nas atividades agro-silvo-pastoris, sugere que as entidades participem da mesma forma. Diz que seria interessante que os NARCs trabalhassem com essas entidade oferecendo-lhes cursos e orientações, evitando-se assim transtornos posteriores. Parabeniza o Dr. Paulo Teodoro e Dra. Célia pelo maravilhoso trabalho feito em Águas Vermelhas. Agradece à Prefeita a acolhida. Diz que o trabalho pelo meio ambiente é árduo, mas alguns fatos e ações servem como oxigênio. E é o caso desse belo trabalho. Diz sair de Águas Vermelhas satisfeito com o que viu. O Conselheiro Lucas Elmo Pinheiro diz que os problemas sociais e econômicos do Norte de Minas e do Jequitinhonha são **parelhos. Ratifica**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

os problemas das pequenas associações de Janaúba, que envolvem mais de 250 famílias. Cita a Associação D. Bosco, projeto desenvolvido pelo IDENE, que há mais de um ano e meio está à espera. E as pessoas já estão desanimando, porque não conseguem recursos pela falta de uma licença ambiental que não se obtém. Diz ter a documentação em mãos e vai encaminhá-la ao Presidente e afirma que o problema se dá por desorganização do próprio Estado. Diz ainda que outro grande problema, para o qual já existe uma moção, é a ANA, no Norte de Minas, no rio Verde. Para se ter uma licença, precisa-se de uma outorga. Como a ANA não dá essa outorga, cria-se uma cadeia de problemas e o Norte de Minas está sendo alijado do processo. Solicita ao Dr. Paulo que a ANA pelo menos dê uma resposta, estabeleça prazos. Insiste em que a ANA agilize os processos e não inviabilize o Norte de Minas. O Presidente diz que entende o problema e agora é preciso chamar o Governo Federal para conversar. Em relação aos rios mineiros não há problema, está nas mãos do NARC, é rápido. Dr. Paulo Teodoro pondera que a situação apresentada é do Verde Grande e o envolvimento da ANA se dá por se tratar de um rio federal e a captação de água em sua calha. Houve a suspensão da outorga, no tempo do Ministro Krauser, na bacia do Verde Grande, porque, na época, ele cortou, não tinha a vazão adequada e era sinal de que havia um excesso de captação de água do Verde Grande. Nessas circunstâncias, o órgão gestor pode valer-se desse expediente. Todo e qualquer empreendimento que exija água fica suspenso dentro da bacia. É uma situação extrema. A Ministra Marina Silva restabeleceu a concessão de outorga na bacia do Verde Grande porque o problema, de uma certa forma, foi resolvido. O rio foi colocado como prioridade para o cadastramento de usuários. O IGAM fez o cadastramento em conjunto com a ANA e a situação está restabelecida. Resta saber se o problema é antigo, anterior ao restabelecimento, ou se persiste ainda hoje. Pede que, se persistirem ainda hoje, sejam esses casos pontuais colocados para o IGAM, que vai interceder junto à Agência Nacional das Águas nesse sentido. O Conselheiro Lucas Elmo diz que está defendendo o pequeno e o médio e não a captação de água para a irrigação. É apenas para a dessedentação do gado onde atinge até mil reses. Dr. Paulo diz que entende o caso e, no caso de domínio do estado, tem a limitação de até 0,5 litro por segundo. Naquela região é de consumo insignificante. Nesse caso não há necessidade de outorga, embora se exija o cadastramento do usuário até 0,5 litro por segundo. Acima disso é que se exige a outorga, para a legislação estadual. Diz não saber o limite colocado pela ANA, nem sabe se a ANA estabeleceu limite de uso insignificante para captação na calha do rio. Admite que são questões que têm que ser analisadas pontualmente e pede que se mande para o IGAM cada caso, se for recente. Se não for, a solução é pedir novamente a outorga à ANA. O Conselheiro Lucas Elmo explica que a ANA não resolve e parece não ter intenção de resolver. Dr. Paulo alerta que, a partir do momento em que se suspende a concessão de outorga, suspende-se toda e qualquer licença que dependa de água. Como voltou a outorga, a solução é pedir novamente a outorga à ANA, se for na



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

calha, e ao IGAM, se for fora da calha. Se a ANA continuar negando, aconselha que se faça uma representação ao IGAM para que se possa procurar saber por que persiste em não conceder a outorga na calha. O Conselheiro Lucas Elmo informa que esse caso já foi objeto de uma moção por unanimidade, desde o início do ano. O pior é que Minas está deixando de obter recursos. Cita o caso do FNE, no ano passado, do qual Minas conseguiu menos de 1,5% da aplicação. Uma das razões é problema de licença ambiental. Dr. Shelley diz que a solução é levar essa ansiedade para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do qual ele e Dr. Paulo são participantes. Dr. Paulo diz que, primeiro, é preciso constatar se o problema continua na atualidade. No que concerne ao IGAM, está-se trabalhando com o prazo de 30 ou 40 dias, no máximo. O Conselheiro João Alves diz que gostaria de ratificar a sugestão de Dr. Paulo César e avançar um pouco mais, porque ele sugeriu que as entidades organizadas, cooperativas, sindicatos buscassem contratar pessoas para capacitá-las e reverter esse serviço para a comunidade. Diz ainda que o meio ambiente é do interesse de todos, por isso essa iniciativa deveria partir da SEMAD, através dos COPAMs, de fazer propostas aos municípios, parcerias, porque grande parte dos problemas é por desinformação. Mesmo entre os Conselheiros há desinformação. Sugere que parte das multas seja revertida em capacitações e parcerias e que cada município tivesse uma pessoa capacitada. O Presidente diz que o Conselheiro tem razão, mas a lei de licenciamento tem 25 anos e há 25 anos se age de maneira errada. Com a regionalização, as pessoas começam a tomar conhecimento. 60% estão fora desse processo legal. O Conselheiro Damastor Alves de Souza diz que é a primeira vez que participa como conselheiro e pede desculpas por algum deslize. Informa que no município de Monte Azul, Mato Verde e Santo Antônio do Retiro, há 11 nascentes de rios que nascem no encontro da Serra Geral e é um desejo dos moradores da região que ali se tornasse uma unidade de conservação. Solicita ao Dr. Shelley que, através do COPAM, acione o IEF para levantar a possibilidade de realizar essa aspiração da população e garantir a preservação dessa área. O Presidente diz que já não há quorum para se propor uma moção, mas pede que o Conselheiro procure, após a reunião, técnicos do NARC para passar as informações que serão encaminhadas a ele, que vai acionar o IEF. O Presidente agradece a todos e passa a palavra ao Dr. Paulo. Dr. Paulo diz que um dos motivos da realização dessa reunião conjunta foi também a possibilidade de se fazer a reunião conjunta com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito, que tem um belíssimo trabalho, já conhecido por todos. Informa que foi feita a eleição dos novos membros e da nova diretoria para o próximo biênio. Diz ser um grande prazer proceder à posse desses novos membros e da diretoria. Faz-se a leitura do termo de posse e os novos membros e a nova diretoria são declarados empossados. O Presidente, diante da presença de crianças que esperavam desde as 14 horas, volta ao item 6 - Programa Semeando - A experiência da E. E. Cel. José Venâncio de Souza - Apresentação: E. E. Cel. José Venâncio de Souza. - A Diretora da E.E. Cel. Venâncio de Souza,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

Roseni, agradece a oportunidade de compartilhar uma experiência pedagógica realizada na escola: Projeto Para Não Dizer Que Não Falei dos Frutos, iniciativa do Programa Semeando, proposta do Senar/Minas. Depois da apresentação, o Presidente parabeniza a E.E. Cel. Venâncio de Souza e ressalta a lição que as crianças estão dando a todos e, sobretudo, o fato de ser um trabalho interdisciplinar. Não se entende ecologia sem inter-relação, sem equilíbrio. Considera o trabalho apresentado de uma riqueza muito grande. O Presidente passa então ao Item 5 - Projeto de Reflorestamento para Pequenos Produtores Rurais do Município de Águas Vermelhas – Apresentação: IEF e EMATER. A apresentação é feita pelo técnico Murilo, do IEF, de Águas Vermelhas. Aníbal Freire, Engenheiro Sanitarista da COPASA, diz que há muitas ETEs na região, no entanto não funcionam. Parabeniza Águas Vermelhas onde a estação funciona, com poluição zero no manancial. Com problemas técnicos, deixa para apresentar o trabalho em Montes Claros. O Presidente volta ao Item 4 - Revitalização do Rio Mosquito – Experiência do Município de Águas Vermelhas – Apresentação: IGAM e Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas. Após a apresentação, o Presidente diz esse trabalho tem que ser apresentado para todo mundo, para todos os COPAMs como exemplo do que pode ser feito em termos de saneamento. A técnica Marilene fala sobre a formação do Comitê. O Presidente agradece ao NARC do Jequitinhonha e do Norte de Minas pelo trabalho de organização dessa reunião conjunta, ressaltando o esforço que exigiu e o grande ganho proporcionado. Agradece também à Prefeitura de Águas Vermelhas destacando a liderança que possibilita trabalho tão grandioso, que fica como um dos bons exemplos que o COPAM tem dado a Minas Gerais. O Conselheiro Jueli Cardoso, que também é Presidente do Comitê da Bacia do Paracatu, diz que fica entusiasmado para voltar e dar mais tempo para o trabalho. Fala também em nome dos Conselheiros manifestando a alegria por um trabalho tão profícuo. O Presidente agradece ao Dr. Paulo, à Dra. Célia e a todos os presentes. Eliana Piedade Alves Machado, Coordenadora do NARC Jequitinhonha, lamentou que apresentações tão ricas tenham sido mostradas no final da Reunião, na ausência de vários Conselheiros. Enfatizou a importância da amostragem das experiências bem-sucedidas, o que está sendo feito e os frutos colhidos e ressaltou sobre a revitalização, recuperação e contribuição para uma nova mentalidade. Elogiou e parabenizou pelas apresentações de 4 (quatro) experiências bem-sucedidas da cidade de Águas Vermelhas. Salientou que há um trabalho de capacitação de CODEMAS, com apoio de bacias e pediu apoio dos órgãos ambientais e pessoas envolvidas para que estas experiências sejam exemplos para outros municípios. Citou a experiência bem-sucedida no município de Carbonita, no Vale do Jequitinhonha, com relação à destinação de resíduos sólidos e destacou a presença do Prefeito local, que tem comparecido nos cursos de capacitação de CODEMA, que a Secretaria de Meio Ambiente tem realizado apresentando a experiência de município pequeno, que apesar das dificuldades consegue realizar, devido à vontade de fazer. Ressaltou a mobilização do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

CBH referente ao Rio Mosquito para motivar outros Comitês de Bacias da região. Enalteceu a experiência desenvolvida E.E. Cel. José Venâncio de Souza, de Águas Vermelhas e pretende copiar a idéia da distribuição de sementes, na 14ª Reunião do COPAM Jequitinhonha, em dezembro corrente. Destacou o trabalho da Superintendência Regional de Ensino com o Projeto: Com vida vamos cuidar do Brasil e sugeriu que no trabalho do Alto Jequitinhonha, essa experiência da Escola, sirva de demonstração sobre a possibilidade de realização de projetos. Finalizou afirmando que as experiências serão conduzidas a outros municípios para disseminar estas boas idéias de implementação.

O Presidente agradeceu ao NARC Jequitinhonha e NARC do Norte de Minas pela eficiência na elaboração da Reunião e a espontaneidade do comparecimento dos Conselheiros, num trabalho de doação ao meio ambiente, através de discussões e votações de processos e conhecimentos das questões ambientais da região. Parabenizou pelas experiências bem-sucedidas que serviram de exemplos para os outros COPAM's. Ressaltou o exercício de democracia nas reuniões através de discussões e votações. Agradeceu a liderança e motivação da Prefeitura e explanou sobre a importância da liderança e o desejo de acreditar que possível realizar algo em prol do meio ambiente num trabalho conjunto dos órgãos ambientais, lideranças e comunidade em geral. Agradeceu a participação de todos e espera revê-los na próxima Reunião do COPAM.

Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente, Doutor Shelley de Souza Carneiro finalizou a Reunião e declarou encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Item 12. Encerramento

Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro